



Exmo. Senhor
Deputado Eurico Brilhante Dias
M.I. Presidente da Comissão de Trabalho,
Segurança Social e Inclusão

Assunto: Pedido de **audições urgentes** no âmbito do Relatório n.º 17/2024 do Tribunal de Contas, sobre a «Auditoria do “Relatório sobre a Sustentabilidade Financeira da Segurança Social”»

Exmo. Senhor Presidente,

No passado dia 20 de janeiro o Tribunal de Contas divulgou o Relatório n.º 17/2024 referente à «Auditoria do “Relatório sobre a Sustentabilidade Financeira da Segurança Social”», que avaliou os relatórios sobre a sustentabilidade financeira da Segurança Social que acompanham as propostas de lei do Orçamento do Estado, com incidência temporal nos anos de 2018 a 2024.

De entre as conclusões do Relatório do Tribunal de Contas estão refletidas um conjunto de considerações para as quais a Iniciativa Liberal tem vindo a alertar sistematicamente, muitas vezes de forma isolada, sobre a escassez de informações e avaliação do nosso sistema de Segurança Social, bem como a sua (in)sustentabilidade.

A cobertura noticiosa relativamente ao assunto tem, inclusivamente, destacado a conclusão refletida no ponto 302 do Relatório, que menciona, e citamos, que “O agravamento do peso do saldo global dos sistemas de proteção social no PIB, que se deverá registar até 2042 (cerca de -4.4% do PIB real, correspondente a -14.788 M€),



constitui um risco acrescido para as finanças públicas e para o atual nível de benefícios garantido pelos sistemas”, expondo, assim, as fragilidades e necessidade de reforma do sistema atual de Segurança Social., o que tem gerado algum alarme na sociedade civil.

Apesar de não nos parecerem surpreendentes as conclusões vertidas no Relatório, vimos requerer, desde já, esclarecimentos que permitam um conhecimento claro e transparente da situação atual do nosso sistema de Segurança Social para todos, políticos, pensionistas e futuros pensionistas.

Consideramos, portanto, essencial que o Parlamento promova uma discussão em sede de Comissão Parlamentar, sobre o que se encontra vertido neste Relatório do Tribunal de Contas, com os proponentes, os responsáveis políticos à data dos factos analisados e os responsáveis políticos atuais, para que seja feita uma discussão séria e informada sobre as conclusões, recomendações e todo o conteúdo do Relatório n.º 17/2024, servindo, assim, de ponto de partida para aquilo que será uma discussão necessária sobre o futuro do nosso sistema de Segurança Social, não só ancorado neste Relatório, mas também, no Livro Verde sobre a Sustentabilidade do Sistema Previdencial.

Face ao exposto, o Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal, vem pelo presente requerimento solicitar, com carácter de urgência, a audição, das seguintes personalidades:

- Tribunal de Contas, na figura da sua Presidente, e a respetiva equipa de Coordenação e Supervisão do Relatório n.º 17/2024 a que se refere o requerimento;
- José António Vieira da Silva, anterior Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, entre 2015 e 2022;



- Ana Mendes Godinho, anterior Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, entre 2022 e 2024;
- Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Palácio de São Bento, 24 de janeiro de 2025

Os Deputados da Iniciativa Liberal,

Joana Cordeiro

Bernardo Blanco

Albino Ramos

Mariana Leitão

Mário Amorim Lopes

Patrícia Gilvaz

Rodrigo Saraiva

Rui Rocha